

Avaliação da violência contra a mulher em serviço de atenção pré-natal e pós-natal

Daniella Aparecida Nogueira Vieira, Mariana Kerche Bonás, Isabella Grieger, Aline Geovanna Lima Baquete, Bianca Contieri Bozzo Campos, Carla Grazielle Guerazzi Pousa Pereira, Amanda Dantas Silva, Erika Zambrano Tanaka, Odette del Risco Sánchez, Fernanda Garanhani de Castro Surita.

Introdução

A violência vivenciada no entorno familiar e doméstico é uma questão de saúde pública que impacta no bem-estar da mulher a curto e longo prazo. Este fenômeno tem sido definido como: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” (1)

Durante o ciclo gravídico-puerperal, podem existir manifestações de violência com consequências para a saúde da mulher e do recém-nascido. As repercussões podem se manifestar tanto no período gestacional como no pós-parto. São desfechos frequentes: baixa adesão à assistência pré-natal, anemia, sangramentos vaginais, infecções, hipertensão, descolamento prematuro de placenta, restrição de crescimento fetal, prejuízos a saúde mental e abortos (2).

Em um estudo multicêntrico realizado pela Organização Mundial da Saúde, evidenciou-se que a prevalência da violência física pelo parceiro durante uma gravidez variou de 1% (Japão) até 28% (Peru), sendo no Brasil de aproximadamente 11%, o que mostra a influência de fatores sociais e culturais na exposição à violência (3). O acesso sistemático aos serviços de saúde destinados a gestantes e puérperas, podem propiciar uma maior compreensão das vulnerabilidades sociais às quais essas mulheres estão sujeitas, daí a importância da abordagem da violência nos serviços de atenção pré-natal e pós-natal.

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a prevalência da violência contra a mulher, tipos e grau de parentesco dos agressores entre mulheres que frequentam um serviço de atenção pré-natal e pós-natal.

Metodologia

O estudo apresentado possui uma perspectiva mista com um desenho de tipo explanatório sequencial. Foram previstas duas etapas, em uma primeira foram coletados e analisados dados quantitativos para, posteriormente, ser desenvolvido o componente qualitativo da pesquisa.

O estudo foi conduzido nos serviços ambulatoriais do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Esta instituição hospitalar que oferece atendimento através do Sistema Único de Saúde, possui serviços de referência especializado para o atendimento das adolescentes e adultas durante o ciclo gravídico-puerperal.

A equipe de pesquisa desenhou um questionário semiestruturado para a coleta de dados sobre as características sociodemográficas das participantes (último nível educacional cursado, idade, cor de pele, situação conjugal, religião e coabitação com o parceiro).

Foram empregados quatro instrumentos recomendados para seu uso na identificação de casos de violência: Abuse Assessment Screen (Nursing Research Consortium on Violence and Abuse, 1989); Hurt, Insulted Threatened with harm and Screamed (Sherin et al., 1998); Partner Violence Screen (Feldhaus et al., 1997); Woman Abuse Screen Tool (Brown et al., 2000) (4). Os questionários permitiram avaliar a história prévia de violência, violência durante a gravidez; violência nos últimos 12 meses; violência física, sexual e psicológica pelo parceiro.

Foram incluídas adolescentes e adultas grávidas e puérperas que frequentam o serviço de pré-natal no mínimo pela segunda vez. Aquelas que apresentavam diagnóstico com comprometimento da saúde mental foram excluídas. A coleta de dados ocorreu entre agosto de 2019 e março de 2020.

Para a apresentação de resultados parciais foi feito um recorte dos resultados de 206 participantes, sendo elas: 64 adolescentes (idade menor a 19 anos) e 142 adultas. Foram realizados procedimentos descritivos para o análises da prevalência da violência. Para o processamento e análises dos dados, são apresentados valores de média e desvio-padrão para as variáveis contínuas, para as variáveis qualitativas é mostrada a frequência absoluta e relativa. Os dados foram digitados no Microsoft Excel, e conferidos para evitar erros de digitação. Utilizou-se o software SPSS versão 18.0, para o análises estatístico dos dados.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, sob o número CAAE: 13426819.1.0000.5404.

Resultados

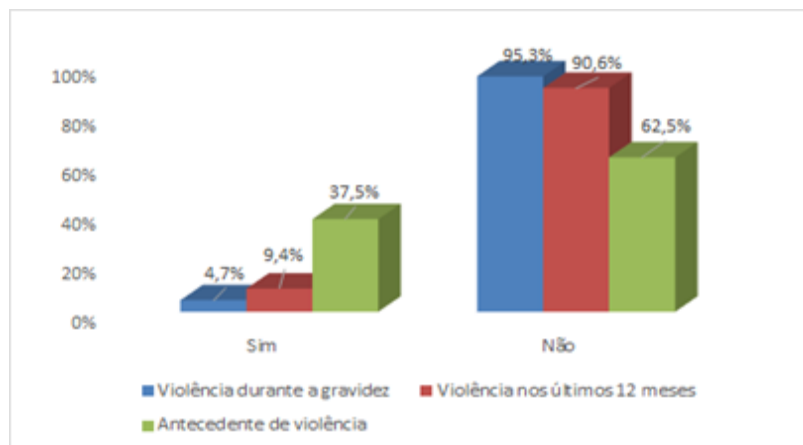
A respeito das características sociodemográficas das adolescentes, a idade média é de 16,30 anos ($dp \pm 1,77$). A maioria das entrevistadas possuem ensino fundamental completo e não realizam nenhum tipo de trabalho remunerado. Pouco mais da metade se autodeclara parda (51,6%), assim como similar proporção referem ser adeptas a alguma religião (54,7%). A maioria das entrevistadas referem ter parceiro (85,9%), não obstante só metade mora com eles.

Entre as adultas a idade média é de 30,96 anos ($dp \pm 6,62$). Em quanto a escolaridade 62,7% tem ensino médio completo, 44,4% realiza trabalho remunerado. A maioria se declaram brancas (41,5%) e pardas (45,1%), assim como o 82,4% é adepta a alguma religião. 93% das entrevistadas declarou ter um parceiro, sendo que 87,1% mora com o mesmo.

Do total de adolescentes, 9,4% referem ter passado por experiências recentes de violência física provocadas pelo parceiro ou por alguém da família. Entre as adultas, foi de 9,2%. Para ambas no âmbito familiar é mais frequente observar manifestações de violência psicológica que de violência física. Quase 11% das adolescentes e 3,5% das adultas referem ter medo do parceiro ou de alguém próximo.

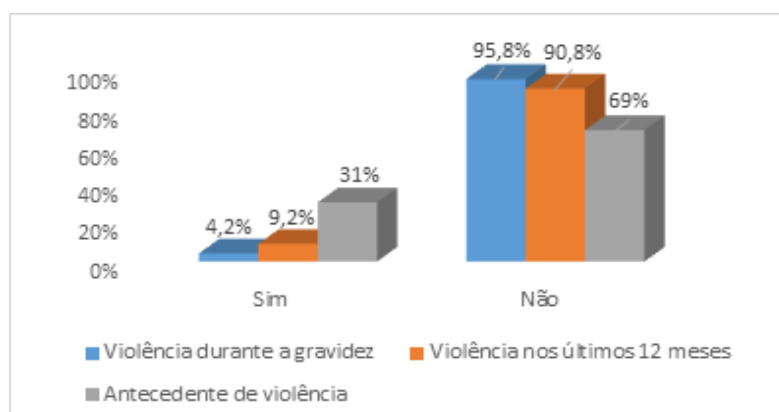
Cerca de 37% das adolescentes tiveram alguma experiência de violência física ou psicológica ao longo da suas vidas. Na gravidez 4,7% das adolescentes relatam algum tipo de abuso físico, contudo nos últimos 12 meses o número de casos duplica. Com relação ao evento violento recente, a maioria dos agressores são parceiros ou ex-parceiros. (Gráfico 1)

Gráfico 1. Prevalência de violência contra a adolescente durante a gravidez, nos últimos 12 meses e antecedente de violência em algum momento da vida. Campinas, SP, Brasil, 2020. N=64



Entre as adultas, no longo da vida 31% das entrevistadas experimentou violência física ou psicológica. Mesmo que a prevalência de experiências de violência nessas mulheres seja ligeiramente inferior à encontrada entre as adolescentes, quando comparados períodos prévios à gestação, a vivência de violência física duplica. (Gráfico 2)

Gráfico 2. Prevalência de violência contra a mulher durante a gravidez, nos últimos 12 meses e antecedente de violência em algum momento da vida. Campinas, SP, Brasil, 2020. N=142



Entre as adolescentes, no vínculo com o parceiro íntimo, 21,8% percebem alguma ou muita tensão dentro do relacionamento. Sobre a resolução das discussões entre o casal, aproximadamente um terço refere alguma dificuldade. Em algum momento os conflitos terminaram com a adolescente se sentindo desconfortável em 47,2% dos casos; e para 7,3% terminaram em violência física. Nota-se que 10,9% das adolescentes relatam ter temido pelo comportamento ou alguma fala do parceiro; assim como 5,4% já foi violentada por ele ao menos uma vez. O abuso emocional foi a forma de violência com maior prevalência (23,6%). Nenhuma das entrevistadas relatou ter sofrido abuso sexual pelo parceiro.

Sobre o relacionamento com o parceiro íntimo, nas adultas 31,1% referem um vínculo tenso. Entre as entrevistadas, 26,5% apresentam dificuldades na solução das discussões; para um 46,2% as mesmas acabaram em desconforto; assim como 9,8% referem que sofreram violência física após discussões. 16,7% das entrevistadas referiram se sentirem assustadas pelo comportamento do parceiro. Nota-se que entre as adultas 4,5% reconhecem ter sofrido alguma vez violência física, e para 17,4% o abuso foi emocional. Uma das participantes relatou abuso sexual do parceiro.

Discussão

A violência contra a mulher constitui um problema social e de saúde pública que requer intervenções e respostas efetivas para sua prevenção. Neste sentido, o sistema de saúde tem uma responsabilidade importante, tanto no rastreamento, como nos encaminhamentos das sobreviventes de situações de violência doméstica e familiar para os serviços de proteção.

Especificamente durante a gestação, vários autores têm mostrado que podem existir mudanças na frequência, gravidade e formas de manifestação da violência (5,6). Não obstante, a atenção pré-natal e pós-natal pode propiciar um aumento de contatos das gestantes e puérperas com o sistema de saúde, o que propicia maiores possibilidades de rastreamento pelos profissionais de saúde das situações de violência e sua consequente intervenção.

Em relação à violência psicológica devemos destacar que esta forma requer especial atenção. Nas participantes é mais frequente observar comportamentos que denotam violência psicológica praticado por pessoas próximas, neste caso familiares com os quais convivem e os parceiros íntimos. A maior prevalência deste tipo de violência em relação à outras também tem sido corroborada por outros estudos (7-9); essa forma é de difícil rastreio devido a dificuldades na mensuração, e pouco reconhecimento de atos que abrangem agressão verbal, moral e emocional como atos violentos. Além disso, a existência de vínculo afetivo com o agressor pode dificultar ainda mais a denúncia.

Se compreendermos a violência como um ciclo complexo, onde paulatinamente acontecem eventos que vão progredindo em gravidade, observar comportamentos associados a violência psicológica pode ser útil para a prevenção de atos mais graves que atentam contra a própria segurança física da mulher. Outro aspecto que precisa ser discutido nos espaços de atenção pré-natal e pós-natal é o imaginário das adolescentes e mulheres sobre as suas

percepções de atos violentos, além dos serviços disponíveis na região para sua proteção, questão que pode contribuir na notificação dos casos.

Conclusão

A violência doméstica e familiar contra a mulher não é um fenômeno pouco frequente, o que precisa da resposta do sistema de saúde tanto na prevenção como no tratamento das vítimas. Durante a gravidez é possível identificar relatos de violência vivenciada pelas mulheres, onde os principais agressores são pessoas próximas, situação que pode gerar dificuldades para sua notificação. Segundo os dados apresentados, torna-se necessário mudar a ideia de que o lar é um espaço seguro para todas as mulheres, para aquelas que frequentam os serviços de atenção pré-natal, o aumento de contatos das gestantes com o sistema de saúde, pode ser chave na procura de ajuda.

Referências

- 1) Brasil. Lei n. 11.340 de 7 de Agosto de 2006. Dispõe sobre a Lei Maria da Penha. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- 2) Jain S, Varshney K, Vaid NB, et al. A hospital-based study of intimate partner violence during pregnancy. *Int J Gynaecol Obstet.* 2017 Apr; 137(1):8-13.
- 3) García-Moreno C, Jansen HA, Ellsberg M, et al. WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses. Geneva, Switzerland: World Health Organization, 2005.
- 4) Basile KC, Hertz MF, Back SE. Intimate Partner Violence and Sexual Violence Victimization Assessment Instruments for Use in Healthcare Settings: Version 1. Atlanta (GA): Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control; 2007.
- 5) Camargo NF, Zicchella J, Ortolani PE et al. Adolescentes grávidas vítimas de violência: um desafio a ser enfrentado na Atenção Básica. *BIS, Bol. Inst. Saúde.* 2016; 17(2): 29-36.
- 6) Menezes TC, Amorim MMR, Santos LC, Faúndes A. Violência física doméstica e gestação: resultados de um inquérito no puerpério. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.* 2003; 25(5): 309-316.
- 7) Salcedo-Barrientos DM, Siqueira E, Miura PO, et al. Compreendendo e analisando as Adolescentes Grávidas Vítimas de Violência Intrafamiliar da Zona Oeste de São Paulo. *Indagatio Didactica.* 2013; 5(2), 434-448.
- 8) Monteiro CFS, Costa NSS, Nascimento PSV, Aguiar YA. A violência intra-familiar contra adolescentes grávidas. *Rev Bras Enferm.* 2007 jul-ago; 60(4):373-6.
- 9) Almeida FSJ, Coutinho EC, Duarte JC, et al. Domestic violence in pregnancy: prevalence and characteristics of the pregnant woman. *J Clin Nurs.* 2017; 26 (15-16):2417-2425.